

NE300
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e relatório do auditor independente.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
NE300 Participações S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NE300 Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NE300 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 31 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

NE300 Participações S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	906	152	Contas a pagar a empresa ligada	16 (c)	35	56
Dividendos a receber	16 (b)	288	235	Tributos a pagar		7	6
Tributos a recuperar	6.5	254	303				
Total do ativo circulante		1.448	690	Total do passivo circulante		42	62
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Tributos a pagar	12	158	153
Depósitos judiciais	9	806	773	Total do passivo não circulante		158	153
Contas a receber	10	-	48				
Total do realizável a longo prazo		806	821	Patrimônio líquido	13		
Investimentos	11	30.589	29.671	Capital social		37.272	37.272
Total do ativo não circulante		31.395	30.492	Prejuízos acumulados		(4.629)	(6.305)
Total do ativo		32.843	31.182	Total do patrimônio líquido		32.643	30.967
				Total do passivo e patrimônio líquido		32.843	31.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Resultado da equivalência patrimonial	11.2	2.208	(2.718)
Ganhos de participação em investimento	11.2	-	1.976
		2.208	(742)
Despesas administrativas			
Despesas gerais	14	(795)	(1.410)
Reversão de perdas esperadas de crédito		-	282
Reversão de provisão para contingências		-	140
Outras receitas		175	-
Lucro (prejuízo) operacional		1.588	(1.730)
Receitas financeiras	6.1	100	1.187
Despesas financeiras		(12)	(64)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.676	(607)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		37.272	37.272
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações do capital social no fim do exercício – R\$		44,97	(16,29)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>1.676</u>	<u>(607)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.676</u>	<u>(607)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.272	(5.698)	31.574
Prejuízo do exercício	-	(607)	(607)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.272	(6.305)	30.967
Lucro líquido do exercício	-	1.676	1.676
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>37.272</u>	<u>(4.629)</u>	<u>32.643</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.676	(607)
<i>Ajustes:</i>			
Resultado da equivalência patrimonial	11.2	(2.208)	2.718
Ganhos de participação em investimento	11.2	-	(1.976)
Reversão de provisão para contingências		-	(140)
Reversão de provisão para perdas esperadas de crédito		-	(282)
Baixa de contas a receber e participações em investimentos		-	282
Juros sobre tributos a recuperar e depósitos judiciais		(47)	(261)
Variações nos ativos e passivos			
Tributos a recuperar		69	128
Outros ativos		-	58
Depósitos judiciais		(1)	409
Contas a pagar a empresa ligada		(21)	30
Tributos a pagar		1	(1)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(531)	358
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Integralização de capital em coligadas	11.2	(2.669)	(4.225)
Recebimento por redução de capital de coligadas	10 e 11.2	1.601	417
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		2.353	3.568
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		1.285	(240)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		754	118
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		152	34
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		906	152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A NE300 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e sediada no Recife-PE, e tem como objeto social a participação societária em outras sociedades e empreendimentos empresariais, assim como o investimento, a administração e a locação de bens móveis e imóveis.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2025.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração pode utilizar julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos, estimativas e premissas

Não há julgamentos críticos, estimativas e premissas relevantes referentes às políticas e/ou transações contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas financeiras referem-se substancialmente a rendimentos de aplicações financeiras, juros e atualizações sobre tributos a recuperar e depósitos judiciais.

6.2 Despesas administrativas - Gerais

As despesas administrativas gerais referem-se principalmente a gastos compartilhados relativos à parcela do uso da infraestrutura administrativa mantida pelo Grupo JCPM (Nota 16), além de outras despesas necessárias para a condução das atividades da Companhia e estão registradas pelo regime de competência.

6.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente, quando aplicável, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

6.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6.5 Tributos a recuperar

São mensurados pelo custo, atualizados monetariamente pela taxa SELIC, conforme previsto na legislação vigente, e não excedem ao valor esperado de realização. Referem-se a tributos recolhidos durante o exercício, os quais serão motivo de ressarcimento ou compensação com outros tributos federais devidos pela Companhia.

6.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo ou do valor questionado judicialmente. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão, esses depósitos são apresentados ao custo no ativo não circulante e atualizados monetariamente.

6.7 Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% com os direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

6.8 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como “ativos financeiros mensurados ao custo amortizado”, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, representados unicamente por principal e juros, não cotados em um mercado ativo, e estão apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). As receitas com juros provenientes destes ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Esses ativos compreendem as aplicações financeiras, depósitos judiciais, contas a receber e outros ativos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo e sem diferenças entre valor justo e valor contábil.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Esses passivos compreendem contas a pagar a empresa ligada.

6.9 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou a seguinte norma contábil na preparação destas demonstrações financeiras:

- **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos – conta corrente	11	13
Aplicações financeiras (a)	895	139
	906	152

- (a) As aplicações em renda fixa referem-se a certificados de depósitos bancários e quotas em fundos de investimento, os quais possuem liquidez imediata e têm remuneração atrelada à variação dos certificados de depósito interfinanceiro - CDI.

9 Depósitos judiciais

Tendo em vista o questionamento quanto à legalidade e à constitucionalidade da cobrança de determinados tributos, e como consequência de questões trabalhistas, a Companhia ajuizou ações e efetuou depósitos em juízo dos valores questionados. Tais depósitos são correspondidos por tributos a pagar, no passivo não circulante (Nota 12).

	2024	2023
PIS e COFINS – alargamento da base de cálculo (a)	477	460
Causas tributárias	220	208
Causas trabalhistas	109	105
	806	773

- a) Em 2023, a Companhia realizou a baixa de depósitos judiciais e os correspondentes saldos de tributos a pagar em razão do encerramento de processos, gerando um efeito de R\$ 786 mil no resultado do exercício.

10 Contas a receber

Em janeiro de 2019, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital social com cancelamento das ações preferenciais detidas pela Companhia nas antes investidas Cyrela JCPM Empreendimento Imobiliário SPE S.A., no valor de R\$ 10.990, e VMSS Empreendimento Imobiliário S.A., no valor de R\$ 4.921, mediante devolução do valor dessas ações à Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, ainda havia saldo a receber da Cyrela JCPM Empreendimento Imobiliário SPE S.A, no valor de R\$ 48. Esse saldo foi integralmente liquidado no exercício de 2024.

11 Investimentos

11.1 Informações sobre investimento em coligadas

Coligadas	Participação %		Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Patrimônio líquido		Investimento	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Editora Jornal do Comercio Ltda.	35,93	35,93	(4.792)	(11.456)	18.578	16.470	6.675	5.918
TV e Rádio Jornal do Comercio Ltda.	29,22	29,22	1.797	(5.511)	24.898	23.101	7.276	6.751
Rádio JC FM Ltda.	18,98	18,98	(1.588)	(1.337)	638	1.226	121	233
JCPM Trade Center S.A.	32,04	32,04	10.561	9.824	48.306	48.987	15.477	15.695
Salvador Shopping S.A.	0,28	0,28	116.776	107.276	375.804	388.258	1.040	1.074
							30.589	29.671

As participações mantidas em coligadas são representadas por ações ordinárias, no caso de sociedades por ações, e por quotas representativas do capital das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

11.2 Movimentação dos investimentos em coligadas

Coligadas – 2024	Saldo inicial	Aumento de capital	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Ganho de participação (a)	Dividendos e juros sobre capital próprio	Saldo final
Editora Jornal do Comercio Ltda.	5.918	2.479	-	(1.722)	-	-	6.675
TV e Rádio Jornal do Comercio Ltda.	6.751	-	-	525	-	-	7.276
Rádio JC FM Ltda.	233	190	-	(302)	-	-	121
JCPM Trade Center S.A.	15.695	-	(1.359)	3.384	-	(2.243)	15.477
Salvador Shopping S.A.	1.074	-	(194)	323	-	(163)	1.040
Total coligadas – 2024	29.671	2.669	(1.553)	2.208	-	(2.406)	30.589
Total coligadas – 2023	29.671	4.225	-	(2.718)	1.976	(3.483)	29.671

- (a) Em 29 de dezembro de 2023, foi aprovada através da 8ª Alteração Contratual da coligada Editora Jornal do Commercio Ltda. aumento de capital de forma desproporcional entre os quotistas, quando a Companhia reduziu sua participação nessa investida, de 37,86% para 35,93%. Em decorrência dos prejuízos acumulados nesta data, essa diluição resultou em ganho para a Companhia.

12 Tributos a pagar - Passivo não circulante

Em 2024, o saldo no montante de R\$ 158 (2023 – R\$ 153), refere-se a valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, questionados judicialmente, atualizados monetariamente pela taxa SELIC e correspondidos por depósitos judiciais (Nota 9), registrados no ativo não circulante.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está representado por 37.271.488 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

Quando aplicável, a reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Distribuição de dividendos

Quando aplicável, aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 12% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto da Companhia autoriza previamente a distribuição de dividendos conforme o proposto pela administração.

14 Despesas administrativas

	2024	2023
Compartilhamento da estrutura do Grupo (Nota 16(c))	(294)	(509)
Serviços prestados	(179)	(231)
Aluguel de imóveis	(153)	(153)
Pró-labore	(94)	(94)
Demandas judiciais	(66)	(23)
Baixa de contas a receber e participações em investimentos	-	(282)
Outras	(9)	(118)
	<u>(795)</u>	<u>(1.410)</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social foram calculados com base no lucro real, entretanto não foram apuradas bases positivas para esses tributos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía, em seus registros fiscais, prejuízos a compensar relacionados ao imposto de renda, no montante de R\$ 3.629 (2023 – R\$ 3.270), e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$ 3.629 (2023 – R\$ 3.270), ambos não

reconhecidos contabilmente em função da incerteza da necessidade de utilização desses créditos nos próximos exercícios.

16 Saldos e transações com partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração está representado pelos diretores, cuja remuneração anual paga ou provisionada corresponde ao pró-labore e aos salários e encargos, no montante de R\$ 144 (2023 - R\$ 174). Os salários e encargos são atribuídos a companhia por meio de compartilhamento de despesas.

b) Dividendos a receber

	2024	2023
JCPM Trade Center S.A.	<u>288</u>	<u>235</u>
Total	<u>288</u>	<u>235</u>

c) Contas a receber com partes relacionadas

A Companhia é parte integrante de um grupo de empresas, denominado Grupo JCPM, que atua de forma integrada e os benefícios das estruturas operacional e administrativa são atribuídos a cada empresa, segundo a razoabilidade das suas operações (Nota 14).

As contas a pagar a empresa ligada, JCPM Shopping S.A., no valor de R\$ 35 (2023 – R\$ 56), referem-se à parcela em aberto que cabe à Companhia no compartilhamento das estruturas operacional e administrativa do grupo econômico no qual está inserido.

* * *